



**I. Introdução**  
*(Daniel Alves)*

# I. Introdução

(Daniel Alves)

## 1. O tema e a cronologia

Fazer a introdução a um trabalho colectivo sobre a história e o património de uma pedra pode ser algo muito duro de realizar. O trocadilho faz sentido numa dupla perspectiva. Antes de mais, pela lacuna que a indústria de extracção de pedra, enquanto objecto de estudo historiográfico ou no âmbito dos estudos sobre o património, representa no panorama nacional. Depois porque uma tentativa de começar a preencher esse vazio tem, obrigatoriamente, de se centrar num profundo levantamento e conhecimento das fontes disponíveis, tarefa igualmente árdua e só muito recentemente iniciada. Nesse sentido, o livro que agora se apresenta é tanto um ponto de chegada, como será, talvez de forma mais evidente, um ponto de partida.

É difícil regatear a afirmação de que a indústria da pedra e, em particular, a que nos vai aqui ocupar, a da extracção e transformação do mármore, representa e terá representado ao longo da história uma actividade de relevo, com impacto significativo na economia, na sociedade e na própria paisagem portuguesa ao longo dos séculos. Por isso, fazer um estudo sobre a História e o Património da Indústria do Mármore, faz todo o sentido.

Contudo, a forma que esses impactos tomaram ao longo da história, bem como as vicissitudes da evolução da indústria do mármore, em parte, justificam as duas perspectivas acima referidas. Sendo uma actividade conhecida e realizada no nosso território desde a Antiguidade, o certo é que a exploração das pedreiras nunca aconteceu em todo o território e, do mesmo modo, nunca ocorreu de forma regular ao longo do tempo.

Por um lado, pelas próprias características geológicas ou pelo maior ou menor interesse e/ou capacidade dos homens em explorar o potencial, quando ele estava presente na paisagem, só em regiões hoje muito definidas a sua exploração tomou proporções que permitissem algum destaque. Também por isso e embora não sendo exclusivo, o olhar dos vários textos presentes neste livro cai essencialmente sobre o Anticlinal de Extremoz, formação geológica com grande abundância de pedra mármore, que grosso *modo* abarca os concelhos de Borba, Extremoz e Vila Viçosa, apresentando as características de concentração, abundância e qualidade de matéria-prima necessárias a uma exploração economicamente viável.

Por outro lado, esta foi sempre uma actividade intermitente, muito influenciada pelos ritmos industriais do país, pelas cadências dos desenvolvimentos económicos, sociais e até culturais a jusante. Fosse por intermédio da arquitectura civil e religiosa, que foi tendo os seus apogeus e declínios ao longo da história do território português e europeu, fosse pela arte e tumulária, ou ainda pela aposta ou desinvestimento nos chamados progressos materiais, representados pelas grandes obras públicas e pelos transportes, a exploração do mármore, as indústrias a que deu origem e os braços que ocupou foram variando, de forma muito significativa, ao longo da história. Por este motivo, podendo ter sido outro o foco cronológico escolhido, foi opção consciente e plenamente justificada, como se verá nos textos aqui reunidos, que este estudo tivesse como balizas os anos que medeiam entre a chamada Regeneração e a entrada de Portugal na, então, CEE (cerca de 1850 a 1986).

Outros poderiam ter sido igualmente os temas desenvolvidos e alguns deles tão válidos e interessantes como as três grandes perspectivas a que aqui se resolveu dar destaque. Desde a identificação e estudo de actividades correlacionadas, a montante e a jusante, com a indústria dos mármore, como a importância da sua utilização na arte escultórica ou o relevo da indústria e dos seus “desperdícios” para o desenvolvimento de uma miríade de profissões ou de aplicações mais quotidianas, muitas variantes poderiam e, cremos que num futuro desenvolvimento deste projecto de investigação, podem ser exploradas. Contudo, o estudo a seguir está organizado em torno de três grandes temáticas: uma perspectiva sobre o impacto económico da lavra das pedreiras de mármore; um estudo sobre os aspectos sociais do mundo dos que trabalhavam com/no mármore; uma abordagem ao património e à paisagem produzidos ou reconfigurados pela indústria.

## 2. A historiografia e as fontes

Não existe uma historiografia sobre a indústria dos mármore em Portugal. Mesmo assim, a afirmação será demasiado optimista pois, com alguma certeza, é possível afirmar que não existe uma historiografia sobre a indústria da exploração e transformação da pedra no Portugal contemporâneo. Não quer isto dizer que o tema tenha sido totalmente ignorado, mas tirando um conjunto muito circunscrito de trabalhos sobre “história” geológica e algumas referências muito datadas, de inícios do século XX e sem um verdadeiro escopo de historiográfico, o mais que se pode referir são curtas menções dispersas por obras sobre a indústria, a economia, a arte ou o património, com destaque, como é óbvio, para os estudos sobre minas.

Os estudos de José Campos Pereira e Manuel Rodrigues, de 1919 e 1921,

respectivamente, embora sobre indústria e minas, em termos genéricos, e baseados essencialmente em documentação oficial produzida nas últimas décadas do século XIX e princípio do século XX, contêm os primeiros dados e observações sobre a lavra das pedreiras<sup>1</sup>. Contudo, será apenas em 1933 que algo de mais substancial é apresentado sobre os mármore alentejanos, por Félix Ribeiro, mesmo que o enfoque fosse quase exclusivamente uma perspectiva de evolução legislativa e algumas observações de conhecimento genérico sobre a história longa da indústria<sup>2</sup>.

É certo que o produto “mármore” e o seu valor não eram ignorados e este esteve mesmo em relativo destaque na participação de Portugal nas grandes exposições universais do século XIX<sup>3</sup>. Mas a intermitência da exploração, muito sujeita aos altos e baixos da economia nacional, bem como o fraco controlo e regulamentação que a indústria sofreu até à segunda década do século XX, apesar das tentativas encetadas ainda na Monarquia Constitucional, terão contribuído para que a actividade das pedreiras de mármore fugisse ao registo histórico.

Quer em trabalhos clássicos sobre o desenvolvimento económico português no século XIX,<sup>4</sup> por exemplo, quer em estudos mais recentes ainda no âmbito da história económica dos dois últimos séculos<sup>5</sup>, o tema é praticamente ignorado. O mesmo acontece quando o nosso olhar se detém em estudos mais recentes quando o nosso olhar se detém em estudos mais específicos sobre a indústria, onde o tema das pedreiras, embora, em alguns casos, considerado relevante, não consegue mais do que um ou dois parágrafos<sup>6</sup>. Idêntica obser-

<sup>1</sup> José de Campos Pereira, *Portugal industrial: características, números, comentários* (Lisboa: Livraria Profissional, 1919); Manuel Rodrigues, *A indústria mineira em Portugal: estudo económico jurídico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921).

<sup>2</sup> Félix Ribeiro, *Os mármore do Alentejo e a legislação em vigor* (Lisboa: Oficinas Fernandes, 1933).

<sup>3</sup> José Augusto Mourão, Ana Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, eds., *O mundo ibero-americano nas grandes exposições* (Lisboa: Vega, 1998).

<sup>4</sup> Manuel Vilaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1976); Miriam Halpern Pereira, *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 1979).

<sup>5</sup> David Justino, *A formação do espaço económico nacional: Portugal, 1810-1913*, 2 vols. (Lisboa: Vega, 1989); Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993); Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995); Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, eds., *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005).

<sup>6</sup> Jaime Reis, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913,” *Análise Social* XXIII, no. 96 (1987): 207–227; Magda Pinheiro, “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90),” *Análise Social* XXIV, no. 101/102 (1988): 745–767.

vação pode ser feita quando o foco é o Alentejo e o tema é a sua economia<sup>7</sup>, a indústria<sup>8</sup> ou dentro desta a vertente extractiva<sup>9</sup>, pois as menções às pedreiras são meramente episódicas e nunca os mármore foram alvo de uma análise autónoma e desenvolvida.

Em parte a dificuldade de acesso às fontes, de que falaremos a seguir, podem explicar esta ausência, em especial para o século XIX, período para o qual não abundam estudos, relatórios técnicos ou estatísticas sobre a extracção, a indústria e o impacto económico do mármore<sup>10</sup>. Contudo, estes são bem mais abundantes para o século XX, sendo inclusive possível destacar uma concentração particular de relatórios sobre esta indústria produzidos entre o final da década de 1960 e a década de 1990, com particular relevo para os de autoria de Octávio Rabaçal Martins<sup>11</sup>. Mesmo assim, desde essa data até ao presente, com a excepção de trabalhos no âmbito da geologia<sup>12</sup>, de abordagens ao património geológico, mais na vertente das minas<sup>13</sup>, ou de estudos sobre a utilização das pedreiras de mármore no turismo<sup>14</sup>, pouco mais tem sido desenvolvido que possi-

<sup>7</sup> Hélder A. Fonseca, *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996); Paulo Guimarães, *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo* (Lisboa: Edições Colibri, 2006).

<sup>8</sup> Ana Maria Cardoso de Matos, “A indústria no distrito de Évora, 1836-90,” *Análise Social* XXVI, no. 112-113 (1991): 561-581.

<sup>9</sup> Paulo Guimarães, *Indústria, mineiros e sindicatos: universos operários do Baixo Alentejo dos finais do século XIX à primeira metade do século XX* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989); Paulo Guimarães, *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos 1858-1938* (Lisboa: Colibri, 2001).

<sup>10</sup> Gerardo A. Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e colonias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1875), 173-174.

<sup>11</sup> Apenas a título de exemplo, vejam-se os três seguintes: Octávio Rabaçal Martins, “Actividade das pedreiras de rochas ornamentais de Portugal metropolitano em 1968,” *Boletim de Minas*, Boletim de Minas, 6, no. 4 (1969): 241-278; “A indústria extractiva das rochas ornamentais de Portugal em 1975,” *Boletim de Minas*, Boletim de Minas, 13, no. 3 (1976): 119-156; “A indústria extractiva das rochas ornamentais de Portugal em 1985,” *Boletim de Minas*, Boletim de Minas, 23, no. 4 (1986): 267-362.

<sup>12</sup> Veja-se, por exemplo, Jorge F. Carvalho et al., “Decision Criteria for the Exploration of Ornamental-Stone Deposits: Application to the Marbles of the Portuguese Estremoz Anticline,” *International Journal of Rock Mechanics and Mining Sciences* 45, no. 8 (2008): 1306-1319.

<sup>13</sup> Vejam-se, por exemplo, algumas comunicações do seguinte congresso: José M. Brandão e Octávio Puche Riart, eds., *Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro. Livro de resumos* (Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 2001).

<sup>14</sup> Alfredo Tinoco, Carlos Filipe e Ricardo Hipólito, “Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz (projecto),” in *Geoturismo & Desenvolvimento Local*, ed. Carlos Neto de Carvalho, Joana Rodrigues e Armindo Jacinto (Idanha-a-Nova, 2008), 200-202; Luís Lopes et al., “Development of a Tourist Route around the Mining Heritage of the Estremoz Anticline,” *Key Engineering Materials* 548 (2013): 348-362.

bilite retirar o património e a história da indústria do mármore do esquecimento a que tem sido votada.

Como referimos no início, ao apontar este contributo essencialmente como um ponto de partida, também não será este livro a fazer o estudo definitivo, se é que existem esse tipo de estudos, sobre a história e o património do mármore alentejano. Como se observou, uma parte da dificuldade em dar início a esta caminhada passa pela ausência de estudos de base, embora tenhamos de confessar que isso constituiu igualmente um estímulo bastante interessante. Porém, talvez o principal desafio deste trabalho passe por um conjunto de aspectos relacionados com as fontes disponíveis. Ou será que devemos dizer, pouco disponíveis?

É certo que é desafiador procurar de uma assentada abarcar um arco temporal tão extenso, mas o principal objectivo foi o de com este estudo poder potenciar a seguir abordagens mais focadas, atentas aos detalhes de um determinado período ou de uma temática específica. Seja como for, quando partimos para esta aventura há cerca de dois anos, integrada no projecto “Património e História da Indústria dos Mármore”, financiado no âmbito do INALENTEJO (FEDER), deparámo-nos imediatamente com aquelas que porventura são as principais razões para a ausência de estudos sobre a temática: a grande dispersão das fontes, aliada à dificuldade de acesso a alguns fundos e à complicada tarefa de obtenção de séries homogéneas e comparáveis, quer em termos cronológicos, quer geográficos. Recorrendo a uma imagem da indústria, cedo ficou perceptível que era necessário ir bem fundo no “poço” dos arquivos para poder “cortar” um conjunto de “blocos” de fontes que nos conduzissem a algum “ornamento” historiográfico que não se ficasse pela mera enunciação ou repetição de ideias feitas.

Neste sentido, o contributo deste livro tem de ser complementado com a consulta do Centro de Documentação e Informação ([www.phim.cechap.pt](http://www.phim.cechap.pt)) do projecto, onde se encontram disponibilizadas as fontes usadas pelos vários autores desta obra colectiva, mas também muitas outras que ao longo destes dois anos foram sendo inventariadas.

Um dos principais conjuntos de fontes disponíveis para o estudo da indústria do mármore e das pedreiras em geral é constituído pela legislação que desde, pelo menos, 1850 foi sendo produzida com o intuito de regular, conhecer e também estimular a actividade em Portugal. No final do livro fica disponível, precisamente, um levantamento exaustivo sobre a mesma, entre aquela data e 1986. Os inquéritos industriais, do século XIX e do século XX, mas igualmente outros mais específicos lançados exclusivamente sobre a actividade das pedreiras (por exemplo, em 1872, 1884 ou 1886), fornecem, apesar de todas as suas debilidades, os poucos olhares sistemáticos que o historiador pode lançar

sobre esta temática. Obviamente, estas informações terão de ser complementadas com os boletins oficiais, de que o *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria*, do século XIX, e o *Boletim das Minas*, do século XX, são os principais exemplos. A eles podemos juntar algumas informações dispersas pela imprensa regional e local, em especial aquela que foi sendo publicada perto dos principais locais de exploração das pedreiras de mármore.

Dos grandes arquivos nacionais, uma vez mais, a dificuldade está na dispersão de fontes, a que não é alheia a questão da própria tutela política e administrativa sobre esta actividade económica particular, que foi passando de direcção em direcção, de ministério em ministério, tornando verdadeiramente árdua a tarefa de criar séries quantitativas minimamente coerentes. A isto se foi juntando, obviamente, a referida instabilidade da indústria, a falta de uma cultura de memória empresarial, ou simplesmente a tentativa de fuga ao controlo das autoridades por parte dos empresários do sector. Apesar disso e com algumas lacunas cronológicas que terão ainda de ser colmatadas, em especial para os períodos de 1850 a 1870 e de 1900 a 1920, existe já um conjunto interessante de documentação inventariada no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, no Arquivo do Ministério das Finanças e no Arquivo do Ministério da Economia, neste caso, igualmente através dos seus organismos descentralizados.

Outros recursos documentais estão igualmente disponíveis no Arquivo Distrital de Évora, no Arquivo do Governo Civil de Évora e nos Arquivos Históricos Municipais de Borba, Estremoz, Vila Viçosa e outras localidades alentejanas. Contudo, com a excepção dos fundos disponíveis no Governo Civil, a restante documentação inventariada, em boa parte, não diz respeito directamente à actividade de exploração das pedreiras de mármore, mas sim a todo um mundo, todo um quotidiano, toda uma economia que delas dependia, como sejam um conjunto de dados sobre fornos de cal ou oficinas de cantaria, entre outros aspectos. É possível também ao nível dos arquivos regionais e locais já mencionados encontrar informação para um melhor conhecimento sobre a dinâmica social e laboral das pedreiras. Neste último aspecto, o arquivo da associação empresarial do sector, a Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins (ASSIMAGRA), é igualmente de destacar, embora se restrinja à segunda metade do século XX. Contudo, estes dados foram enriquecidos com um conjunto de fontes alternativas de onde se podem realçar cerca de três dezenas de entrevistas a indivíduos, profissional e socialmente, ligados aos sectores do mármore e que representam um reservatório de história oral e de memória colectiva bastante significativo, que no presente livro foi explorado apenas pela superfície. A tudo isto se junta igualmente um esforço de recolha de iconografia variada, através de digitalização de espécimes ou de

trabalho fotográfico autónomo realizado no âmbito do referido projecto, que em muito contribuirá para, no futuro, enriquecer a história e o estudo sobre o património da indústria do mármore.

### 3. Para a história e o património do mármore alentejano

Foi aproveitando todo este manancial de informação, ou melhor, recorrendo a pequenos “cortes” desses acervos que se procurou elaborar os “blocos” que se reuniram neste livro. Cabe aqui referir que tal como no trabalho das pedreiras até à entrada em força da maquinaria, grosso modo, até à década de 1920, esses “blocos” foram retirados do fundo da pedreira através de um esforço colectivo, de um conjunto de “braços” que vão além, inclusive, dos autores à frente nomeados e, obviamente, muito além de quem ficou com a responsabilidade de “burilar” estas breves linhas introdutórias.

O projecto e agora este livro que lhe sucede são, antes de mais, o fruto do labor do *CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património*, da perseverança dos seus órgãos directivos e dos seus sócios, cabendo-me aqui destacar, em representação de todos, o Carlos Filipe, pela sua incansável dedicação desde o primeiro momento. A esta associação se juntaram depois investigadores do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e do Centro de Estudos de História Contemporânea do Instituto Universitário de Lisboa. Quero endereçar um agradecimento especial às Profs. Doutoradas Ana Cardoso de Matos e Luísa Tiago de Oliveira, pelos comentários, orientações e sugestões que foram fazendo em vários momentos deste projecto e que em muito facilitaram o nosso trabalho. Os contributos reunidos neste livro procuraram abarcar uma panóplia tão alargada quanto possível de temas e épocas de estudo nos quais se poderia dividir a história e o património da indústria do mármore entre 1850 e 1986.

Na secção “A indústria do mármore entre 1850 e 1986” procurou-se a caracterização económica da actividade, focando essencialmente em dois períodos, de 1850 a 1890, num texto a cargo de Carlos Alexandre Sousa, e de 1920 a 1986, com texto da autoria de Carlos Filipe. Foi ainda feita uma exploração ao esforço legislativo desenvolvido pelo Estado no sentido de regulamentar a actividade das pedreiras, durante o período da Regeneração e do Fontismo, igualmente por Carlos Alexandre Sousa.

Fica nesta secção bem patente, primeiro, uma certa incapacidade das autoridades no período da Monarquia Constitucional, em controlarem a indústria das pedreiras, uma indústria que procuravam ainda conhecer e que estava em desenvolvimento em sintonia com o crescimento económico que Portugal,

apesar de tudo, registou na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, é já visível uma clara preponderância do mármore e do Alentejo, em especial pelos valores monetários da pedra extraída e vendida, ou seja, pelo impacto económico que a exploração deste recurso significava no conjunto das rochas exploradas nas pedreiras portuguesas da época.

Já o século XX traz-nos uma imagem de um sector que aproveita o período entre as duas grandes guerras para se expandir e modernizar, em certo sentido, com a introdução de maquinaria e novas fontes de energia. Mas este crescimento, em parte estimulado pelo mercado externo, não foi contínuo, foi antes pontuado por vários momentos de crise, de que o final da década de 1960 parece ter sido muito significativo, coincidindo com um momento de organização associativa dos empresários do sector. Desta incorporação no regime de grémios do Estado Novo, o sector consegue fazer a transição para a Democracia. Embora representando a segunda metade da década de 1970 novo momento conturbado para a indústria, a década de 1980 parece ter sido de expansão, ao mesmo tempo que se afirmava a ASSIMAGRA como entidade representativa da exploração económica das rochas.

A indústria e a sua evolução económica tiveram obviamente um reflexo social e é sobre isso que nos falam Carlos Alexandre Sousa, Armando Quintas e Ricardo Hipólito na secção dedicada aos “Aspectos sociais e laborais na exploração das pedreiras de mármore”. Uma vez mais, os dois estudos de caso apresentados procuraram retratar momentos e temáticas diversas, mas que permitem uma leitura de longa duração sobre o que terão sido as condições laborais num sector de trabalho tão árduo, mesmo depois da sua relativa modernização, a partir do segundo quartel do século XX.

Através do texto de Carlos Alexandre Sousa sobre o final do século XIX, foi possível verificar que, no âmbito do sector industrial e de extracção nacional, os operários das pedreiras representavam quase sempre, nos vários distritos do país, uma percentagem pouco significativa do total, sendo Lisboa, Porto e, em especial, o Alentejo as principais excepções. Um operariado essencialmente analfabeto - característica que Armando Quintas e Ricardo Hipólito continuam a detectar ao analisar a vida sindical do sector na segunda metade do século XX - sujeito a jornadas de trabalho que podiam ultrapassar as 11 horas. Um operariado onde a percentagem de mulheres era quase insignificante, mas onde a presença de menores de 16 anos era significativa. Ainda por comparação com outros sectores de actividade e, provavelmente, como forma de compensar a dureza do trabalho, o sector das pedreiras apresentava-se, aparentemente, como um dos que melhor remunerava os seus operários, em especial, os mais especializados.

São também estes operários, essencialmente, cabouqueiros e desbasta-

dores que se detectam em maior número nas listas de associados do *Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos*, onde, durante o Estado Novo, se integram os profissionais do trabalho nas pedreiras. Estando este sindicalismo efectivamente controlado pelo poder político e, por esse modo, docilmente sujeito ao patronato, mas sendo a associação voluntária, não será de estranhar os números modestos de associados que o sindicato sempre teve, apesar de algumas oscilações na década de 1960. Pelo contrário, a Revolução de Abril parece ter aberto as portas da esperança e, aparentemente, também as do sindicato que tem um pico de adesões em 1974 e 1975 verdadeiramente espectacular. Contudo, as querelas internas e alguma desilusão com o movimento sindical, a que talvez também não seja estranha a crise de que falámos e que atinge a indústria na segunda metade da década, levaram a que a nova estrutura, agora denominada *Sindicato Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica do Alentejo*, regressasse a números de associados muito próximos dos que se verificavam no Estado Novo. De realçar ainda que num sindicato tão abrangente em termos profissionais, os associados especificamente relacionados com as pedreiras só representaram números realmente significativos em 1967 e nos dois anos da revolução, sendo que após o 25 de Abril esta presença se tornou ainda mais escassa, um fenómeno provavelmente explicável, pelo menos parcialmente, por um conjunto de particularismos nas relações laborais no seio da indústria que foram possíveis detectar através de vários testemunhos orais.

A última secção do livro, “Património e paisagem da indústria do mármore”, procurou conjugar o passado, o presente e perspectivar um possível futuro para a indústria e para o património industrial, paisagístico, cultural e humano que ela foi gerando. Assim, a uma análise de longa duração sobre o que foi o evoluir das técnicas e tecnologias empregues na exploração das pedreiras, por Armando Quintas, juntou-se depois uma reflexão, desenvolvida por Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas, sobre o impacto na paisagem de uma indústria que foi deixando uma marca profunda, embora bastante localizada, no território do Alentejo, essencialmente a partir da segunda metade do século XIX.

As técnicas e tecnologias da indústria estiveram durante séculos influenciadas por aquilo que tinha sido o modelo “industrial” romano, onde a força braçal e animal era uma imagem de marca, condicionando o volume da exploração e a própria extensão das pedreiras. A Idade Média e a Época Moderna foram introduzindo algumas inovações, mas foi a Revolução Industrial no século XIX e, no caso português, a chegada da electrificação na primeira metade do século XX que trouxeram uma efectiva modernização e com ela, também, um maior impacto na paisagem. As empresas multiplicaram-se, os locais de explo-

ração diversificaram-se, ampliaram-se, mais em profundidade do que em extensão refira-se, mas também foram recorrentes os momentos de crise, as intermitências da indústria que já por diversas vezes referimos e que foram deixando igualmente a sua marca no território.

É o abandono de alguns locais de exploração e do património industrial a eles associado, bem como o impacto ambiental que esta dinâmica potenciou e ainda estimula, que têm levado a um conjunto de iniciativas, estudos e reflexões no sentido de consciencializar agentes políticos, administrativos e económicos, não só, para a necessidade de recuperar uma memória e uma paisagem feridas pelos profundos “golpes” causados pelas vicissitudes de uma indústria milenar, mas também, no sentido de reaproveitar e reinventar esta paisagem do mármore, que mais do que um valor económico, representa uma história, uma cultura e um património que importa preservar e potenciar.

### Fontes e bibliografia

Brandão, José M. e Octavio Puche Riart, eds. *Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro. Livro de resumos*. Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 2001.

Cabral, Manuel Vilaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1976.

Carvalho, Jorge F., Paulo Henriques, Patrícia Falé e Gabriel Luís. “Decision Criteria for the Exploration of Ornamental-Stone Deposits: Application to the Marbles of the Portuguese Estremoz Anticline.” *International Journal of Rock Mechanics and Mining Sciences* 45, no. 8 (2008): 1306–1319.

Fonseca, Hélder A. *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

Guimarães, Paulo. *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Guimarães, Paulo. *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos 1858-1938*. Lisboa: Colibri, 2001.

Guimarães, Paulo. *Indústria, mineiros e sindicatos: universos operários do Baixo Alentejo dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989.

Justino, David. *A formação do espaço económico nacional: Portugal, 1810-1913*. 2 vols. Lisboa: Vega, 1989.

Lains, Pedro. *A Economia Portuguesa No Século XIX: Crescimento Económico E Comércio Externo, 1851-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva, eds. *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Vol. II. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Lopes, Luís, Ruben Martins, Patrícia Falé, João Passos, Francisco Bilou, Manuel Branco e Manuel Francisco Pereira. “Development of a Tourist Route around the Mining Heritage of the Estremoz Anticline.” *Key Engineering Materials* 548 (2013): 348–362.

Martins, Octávio Rabaçal. “Actividade das pedreiras de rochas ornamentais de Portugal metropolitano em 1968.” *Boletim de Minas*, 6, no. 4 (1969): 241–278.

Martins, Octávio Rabaçal. “A indústria extractiva das rochas ornamentais de Portugal em 1975.” *Boletim de Minas*, 13, no. 3 (1976): 119–156.

Martins, Octávio Rabaçal. “A indústria extractiva das rochas ornamentais de Portugal em 1985.” *Boletim de Minas*, 23, no. 4 (1986): 267–362.

Matos, Ana Maria Cardoso de. “A indústria no distrito de Évora, 1836-90.” *Análise Social XXVI*, no. 112–113 (1991): 561–581.

Mourão, José Augusto, Ana Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes, eds. *O mundo ibero-americano nas grandes exposições*. Lisboa: Vega, 1998.

Pereira, José de Campos. *Portugal industrial: características, números, comentários*. Lisboa: Livraria Profissional, 1919.

Pereira, Miriam Halpern. *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

Pery, Gerardo A. *Geographia e estatística geral de Portugal e colonias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Pinheiro, Magda. “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90).” *Análise Social XXIV*, no. 101/102 (1988): 745–67.

Reis, Jaime. “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913.” *Análise Social XXIII*, no. 96 (1987): 207–27.

Reis, Jaime. *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Ribeiro, Félix. *Os mármore do Alentejo e a legislação em vigor*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1933.

Rodrigues, Manuel. *A indústria mineira em Portugal: estudo económico jurídico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

Tinoco, Alfredo, Carlos Filipe e Ricardo Hipólito. “Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz (projecto).” In *Geoturismo & Desenvolvimento Local*, eds. Carlos Neto de Carvalho, Joana Rodrigues e Armindo Jacinto, 200–202. Idanha-a-Nova, 2008.